



CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL

Ata da 136ª reunião, realizada em 2 de dezembro de 2019

1 Em 2 de dezembro de 2019, reuniu-se extraordinariamente a Câmara
2 Normativa e Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Política Ambiental
3 (COPAM), no auditório da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
5 seguintes membros titulares e suplentes: o presidente suplente Anderson
6 Silva de Aguiar, representante da SEMAD. Representantes do poder
7 público: Carla Raquel Fonseca Corrêa, da Secretaria de Estado de
8 Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Verônica Ildfonso Cunha
9 Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Mariana de Resende
10 Franco, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese); Felipe
11 Dutra de Resende, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
12 (Seinfra); Cristiano Ferreira de Oliveira, da Polícia Militar de Minas Gerais
13 (PMMG); Francisco Chaves Generoso, do Ministério Público do Estado de
14 Minas Gerais (MPMG); João Batista Barbosa Júnior, da Comissão de Meio
15 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do
16 Estado de Minas Gerais (ALMG); Flávio Túlio de Matos Cerqueira Gomes, do
17 Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
18 (Ibama); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios
19 (AMM). Representantes da sociedade civil: Carlos Alberto Santos Oliveira, da
20 Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais (Faemg); Thiago
21 Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
22 Gerais (Fiemg); Leandro Soares Moreira, da Federação dos Trabalhadores
23 na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); João Carlos de Melo,
24 do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da
25 Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Paulo José de
26 Oliveira, da Associação Pro Pousos Alegres (APPA); Guilherme Vilela de
27 Paula, da Organização Ponto Terra; Marcelo Ribeiro Pereira, da
28 Universidade Federal de Viçosa (UFV) – Campus de Rio Paranaíba; Cláudio
29 Jorge Cançado, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas
30 Gerais (Crea/MG); Virgínia Campos de Oliveira, da Sociedade Mineira de
31 Engenheiros (SME). **Assuntos em pauta.** **1) HINO NACIONAL**
32 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O
33 presidente suplente Anderson Silva de Aguiar declarou aberta a 136ª
34 reunião da Câmara Normativa e Recursal. **3) COMUNICADOS DOS**
35 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Anderson Silva de
36 Aguiar: “Eu tenho dois itens de assuntos gerais que gostaria de colocar para
37 os senhores. Um deles é um pen drive, que será distribuído aqui para os

38 conselheiros, oferecido pelo programa Promata, que traz um conteúdo de
39 documentos relativos à execução do programa. Nós temos também, como
40 segundo item a ser destacado, um vídeo institucional do secretário de Estado
41 Dr. Germano Luiz Gomes Vieira, que eu gostaria de passar aos senhores,
42 sobre o sistema SLA. Foi publicada uma resolução que coloca a sua vigência
43 a partir do dia 5 de novembro deste ano. Trata-se de um sistema que coloca
44 os processos de licenciamento 100% digitais. Então esse sistema acaba com
45 a tramitação em meio físico, em papel, a partir dessa data. É um sistema
46 referente aos processos novos, ou seja, somente aqueles processos que
47 deram entrada a partir do dia 5 conseguem fazer uso desse sistema. É uma
48 ferramenta de extrema utilidade para toda a sociedade, não somente do
49 ponto de vista da tramitação dos processos administrativos de licenciamento
50 ambiental, como também para aqueles que são requerentes fazerem seus
51 acompanhamentos, para quem é consultor fazer o acompanhamento junto
52 aos empreendimentos, mas também aos órgãos de controle, como o
53 Ministério Público e o Tribunal de Contas, e ao próprio Conselho e também à
54 sociedade, que podem fazer o acompanhamento online da disponibilidade de
55 consulta pelo usuário.” Em seguida, foi feita exibição de vídeo institucional da
56 SEMAD sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental. **4) EXAME DA ATA**
57 **DA 135ª REUNIÃO DA CNR.** Aprovada por unanimidade a ata da 135ª
58 reunião da Câmara Normativa e Recursal, realizada em 23 de outubro de
59 2019, com a seguinte alteração: – Na linha 322, onde está escrito “Sistema”,
60 leia-se “Sisema”. Votos favoráveis: Faemg, Ministério Público, Segov,
61 Sedese, PMMG, Ibram, Fiemg, CMI, Crea, APPA, UFV, Fetaemg e
62 Assembleia Legislativa. Abstenções: SME, Seapa, Seinfra e AMM.
63 Ausências: Ponto Terra, Ibama e Sede. **5) ATUALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE**
64 **RECUPERAÇÃO DA BACIA DO RIO DOCE COM O LANÇAMENTO DO**
65 **CADERNO DE 4 ANOS. Apresentação: Fundação Estadual do Meio**
66 **Ambiente (FEAM).** Patrícia Rocha Maciel Fernandes, da FEAM, fez
67 apresentação à Câmara da atualização das ações de recuperação da bacia
68 do rio Doce com o lançamento do caderno de quatro anos, desde o
69 rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, com o acompanhamento
70 realizado pelo Estado de Minas Gerais, em especial, dos programas
71 socioambientais desenvolvidos pela Fundação Renova. Manifestações.
72 Conselheiro João Batista Barbosa Júnior: “Ao ouvir esse relato, eu quero me
73 associar a você e dizer parabéns pelo resgate de tudo isso. Mas há algumas
74 coisas que precisam ficar muito claras para nós. Eu ouvi atentamente o que
75 a colega falou, vi o profissionalismo com que ela resgatou todos esses
76 dados, mas é preciso que se tenha presente e muito claramente presente,
77 senhor presidente, o caráter teratológico que foi não só para Minas Gerais,
78 como para o Espírito Santo e o Brasil, e podemos dizer para o mundo inteiro.
79 O caráter teratológico, absurdo, que tiveram esses dois eventos, que
80 maculam indelevelmente a nossa imagem junto às agências internacionais,

81 os países, de maneira geral. Eu vi que a expositora usou, até
82 inconscientemente, a palavra ‘tragédia’, e eu tenho percebido, senhor
83 presidente, que essa palavra ‘tragédia’ tem sido recorrentemente utilizada
84 para se referir tanto a Brumadinho quanto a Fundão. Eu queria fazer um
85 breve registro aqui, não é nenhum preciosismo semântico, mas ali não se
86 pode dizer que houve ‘tragédia’. A rigor, semanticamente, ‘tragédia’ quer
87 dizer, em um resgate mais técnico, aquilo que é inexorável, aquilo que
88 necessariamente tem que acontecer. E não foi o que nós temos tanto em
89 Fundão quanto em Brumadinho quanto em ‘ene’ casos envolvendo
90 rompimento de barragem. O que houve foram falhas humanas, o que hoje foi
91 descuido, o que houve foi desleixo, tanto da parte do Estado quanto da parte
92 dessa empresa, a Vale. E esse registro tem que ficar muito claro, senhor
93 presidente. E o nível, o alcance, a maneira pluridimensional como os direitos
94 humanos foram violados é algo que deve ficar para nós de madeira indelével
95 e servir como alerta. Porque o que nos estranha e até hoje nos deixa
96 perplexos é o curtíssimo período em que se tem Fundão e Brumadinho. E ao
97 sentir da opinião pública, senhor presidente, ainda não está plenamente
98 segura essa opinião pública de a que momento mais poderemos enfrentar
99 algo semelhante a isso. Então para nós, para a importância que tem o
100 Conselho, a grande reflexão é essa. Dizia o brigadeiro Eduardo Gomes que
101 o preço que se paga em relação à democracia é a eterna vigilância. E eu
102 tenho para mim que o preço que se paga quando se trata de violação de
103 direitos humanos praticados por essa empresa poderosíssima que é a Vale é
104 a eterna vigilância, a eterna fiscalização, a mobilização constante. Porque
105 não custa dizer, há coisas que têm preço, e a Vale acha que pode pagar um
106 preço até precificando vida humana. Outra coisa que tem valor. Meio
107 ambiente não tem preço, tem valor. Vida humana não tem preço, tem valor.
108 A dignidade de tantas pessoas que faleceram, que morreram, que perderam
109 suas vidas e dos familiares, tudo isso não tem preço, tem valor. Eu sei que
110 isso é uma luta gigantesca, e há que se assinalar aqui essa instituição na
111 qual depositamos toda a confiança, que é o Ministério Público, lutando contra
112 o poder econômico da Vale. E a Vale vai usar e já está usando o seu ‘jus
113 sperniandi’ para fugir à responsabilidade que lhe cabe. Então eu quero
114 conclamar, Dr. Francisco, na pessoa do senhor, a sua instituição, que tenha
115 força, empenho, determinação para que cumpra aquilo que a Constituição
116 espera e o que nós esperamos em relação ao Ministério Público: enfrentar
117 essa empresa, enfrentar a Vale. E não estou dizendo aqui que somos contra
118 o investimento, contra a mineração. Nada disso. Nós somos contra os
119 desmandos que estão aí. Senhor presidente, para encerrar, que esse
120 resgate, que essa exposição traga para nós bem viva essa memória e a
121 necessidade imperativa de uma vigilância constante. Onde quer que haja
122 poder, seja político, seja econômico, ele há de ser vigiado em todos os
123 sentidos.” Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Eu queria só contribuir com

124 uma questão aqui de dúvida e de apelo, enquanto cidadão, enquanto
125 representante, inclusive, de ONG, como conselheiro. Porque nós vemos
126 realmente um trabalho muito extenso sendo feito, muito grande, mas, quando
127 você vê, principalmente na imprensa, mobilização de comunidade porque
128 não foram atendidas ainda em nada, isso choca e dói. Então eu acho que
129 essa parafernália toda que está se fazendo, se não está atendendo ao
130 cidadão, de nada está valendo. É lógico que o meio ambiente é premente,
131 nós precisamos olhar a questão das biotas, da vida, do entorno de onde foi
132 atingido, mas eu acho que o primordial hoje é atender o cidadão que foi
133 afetado, as famílias. E não estamos vendo isso, nós estamos percebendo
134 que isso não está acontecendo. Então estão aparecendo cifras e mais cifras
135 do que já se gastou, e o cidadão não está sendo atendido. Então de nada
136 está valendo. É lógico que o ambiente tem que ser socorrido, tem que ser
137 corrigido, mas, primeiro, o cidadão, primeiro, a pessoa humana. Então o meu
138 apelo aqui no sentido de união de forças e de cobrança é que se olhe a
139 situação do cidadão e se resolva. E me assusta quando eu vejo falar essa
140 cifra que já está em caixa para os municípios usarem, e não usam porque
141 não tem projeto. Puxa vida, será que uma força-tarefa dessa não tem
142 capacidade de apresentar e montar um projeto para oferecer às vítimas, aos
143 municípios, às comunidades? Eu acho que tem que fazer o que é prioridade.
144 O que é prioridade? Se falta projeto, dá prioridade ao projeto. Muito mais
145 porque tem dinheiro em caixa. E tem que ter mesmo. A Vale tem que
146 assumir a responsabilidade pelos seus crimes. Eu acho que não é desastre,
147 é um crime. Pelo que já comprovamos e já vimos. Então o meu apelo
148 enquanto conselheiro aqui, se é que o que eu falo aqui possa ter peso, é que
149 essa força-tarefa comece a trabalhar em prol do cidadão que está lá
150 sofrendo. 'A Justiça é lenta, o processo é lento', então que a força-tarefa atue
151 nos processos, veja o que está se precisando, o que está faltando, se tem
152 que colher documento in loco, porque às vezes o cidadão está de pé e mão
153 atados porque às vezes não tem condição de correr atrás e às vezes não
154 tem nem conhecimento. Então eu acho que a força-tarefa, inclusive por parte
155 do Estado, é resolver isso. Eu acho que essa questão quando se fala
156 'Renova' dói em nós, porque é uma forma de a Vale se esquivar da
157 responsabilidade. Toda vez que se fala 'Renova' dói na gente. É uma forma
158 de ela se esquivar da responsabilidade. E quando se fala que a Renova até
159 hoje não indenizou nenhuma família ainda, isso é catastrófico. Então eu acho
160 que na parte do Estado que pode ser feita, para a qual estamos aqui para
161 fortalecer, reforçar e cobrar, que se olhe primeiro o cidadão, a vida, a vida
162 humana. Aí depois nós vamos resolver o meio ambiente, que é coletivo, que
163 é social, tem que ser recuperado, mudado, melhorado. Mas eu acho que a
164 força-tarefa, a sua principal preocupação é resolver para quem está lá
165 gritando por socorro, que não está sendo resolvido o problema dele. Então é
166 isso que eu acho que nós tínhamos que estar fazendo aqui. Fica o meu

167 apelo então nesse sentido.” Conselheiro Guilherme Vilela de Paula: “Paulo,
168 eu gostaria até de dizer a você, essas questões ambientais, você pode
169 verificar pelo caderno apresentado. Nenhuma associação dos representantes
170 da sociedade civil está participando dessas discussões. Há um avanço
171 ambiental indiscutível. O governo tem equipado as discussões tecnicamente
172 em relação ao meio ambiente. Os prefeitos estão se unindo em relação a
173 essas demandas. Onde estão os representantes da Sociedade Civil? Então,
174 como representante da Ponto Terra, acredito que as associações de
175 representantes deveriam participar das discussões técnicas também, porque,
176 em quatro anos, muito foi feito em relação às operações de recuperação
177 ambiental, mas pouco feito, a nosso entender, às populações que sofreram
178 com esses dois acidentes. Então eu manifesto a minha irresignação com à
179 ausência da representação da sociedade. Eu estava conversando com o
180 Cláudio, do Crea-MG, e nem o Crea está presente dentro dessas
181 discussões. E eu acho que poderia haver um viés muito relevante em relação
182 aos interesses da sociedade nessas discussões técnicas e um melhor
183 direcionamento dos recursos da Renova e da Vale se tivesse um viés dessas
184 associações. Então fica o meu registro, a nossa resignação pelo trabalho
185 unilateral de uma parte dos órgãos públicos, mas que deixa a desejar em
186 relação a uma visão holística dos interesses dos representantes dessa
187 sociedade que está sofrendo com esses acidentes.” Presidente Anderson
188 Silva de Aguiar: “Só para avisar, o Comitê Interfederativo não é presidido
189 pelo Estado de Minas Gerais, mas pela União.” Patrícia Rocha Maciel
190 Fernandes/FEAM: “Até na fala do secretário Germano, nós pontuamos muito
191 a participação social e sempre o nosso olhar para que tudo o que fazemos,
192 por mais que estejamos pensando no meio ambiente, sabemos que tem que
193 ter sempre o reflexo nas comunidades. O caderno traz informações das
194 Câmaras Técnicas com eixo ambiental. Nós sabemos que nas câmaras
195 econômicas e sociais os desafios são muito maiores, os atrasos, as
196 divergências também. E estão sendo solucionados. Mas, do ponto de vista
197 do órgão ambiental, qualquer decisão que hoje é tomada, os atingidos são
198 sempre ouvidos. Na sexta passada, por exemplo, nós fizemos uma grande
199 reunião em Governador Valadares, todos os prefeitos da região, de 34
200 municípios, foram convidados para participar, com seus secretários de Meio
201 Ambiente, todas as comissões de atingidos também foram convidadas, que
202 já existem lá naquela região, para que pudéssemos apresentar as propostas
203 da Fundação Renova sobre o manejo de rejeitos na região e ouvir o que a
204 Renova muitas vezes não nos traz. Então informações, por exemplo, de
205 problemas que eles tiveram com rejeito. Eles tiveram um momento de fala e
206 de serem ouvidos para que possamos internalizar, nas nossas ações, ações
207 de melhoria para a população. Nós já fizemos isso na região de Barra Longa,
208 fizemos uma série de reuniões com a comunidade para ouvir os problemas
209 que eles tiveram com a deposição de rejeito, com a passagem da lama no

210 município, e assim estamos fazendo ao longo de toda a Bacia. Ir ao território
211 e ouvir no território, o que é muito diferente também trazer o atingido para ser
212 ouvido em BH ou em Brasília. Nós precisamos ouvir as pessoas nos locais
213 em que elas moram para realmente entendermos o que está acontecendo.
214 Então está sendo uma dinâmica adotada pelo Sisema para conseguirmos
215 resolver da melhor maneira.” Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Patrícia,
216 só em relação ao que eu disse, pelo que você colocou, eu gostaria de
217 questionar o seguinte. O que esse Comitê faz para viabilizar e facilitar o
218 acesso das comunidades às instâncias em que está sendo discutido, seja in
219 loco ou seja aqui na capital, seja em outro local? Porque nós sabemos que a
220 extensão do crime foi muito grande. Faz uma reunião aqui para resolver, mas
221 o pessoal do Espírito Santo não vai estar. Faz lá, e o pessoal daqui não está
222 lá. A comunidade já está desassistida, desalojada, sem emprego. Como ela
223 vai ter acesso a essas discussões? Eu não vou dizer dos prefeitos, os
224 prefeitos têm a sua condição. E nem sempre o prefeito fala aquilo que a
225 comunidade quer. Então eu acho que o principal é ouvir a comunidade. O
226 que está sendo favorecido para eles nesse sentido? E nos processos que
227 estão tramitando para socorrer as vítimas, as famílias das vítimas, o que o
228 Estado tem feito para agilizar isso em prol do cidadão? Porque o que
229 estamos percebendo, o que vemos e escutamos não só na mídia... Inclusive,
230 eu estou participando do trabalho de um escritório em Londres que está
231 defendendo algumas vítimas. O que tem sido feito para agilizar isso? O que
232 está sendo feito nesse trabalho todo que o Comitê faz? Porque quando você
233 vê esse período que já passou das tragédias até hoje e quando você escuta
234 que a família não recebeu nada ainda, isso é outra catástrofe.” Patrícia
235 Rocha Maciel Fernandes/FEAM: “Em relação à participação dos atingidos, é
236 prevista no termo de ajustamento de conduta a contratação de 20
237 assessorias técnicas. Então os atingidos precisam se organizar em
238 comissões de atingidos, que vão estar respaldadas na contratação dessas
239 assessorias, para que os próprios atingidos possam fazer análise dos
240 estudos e discutir de igual para igual, seja com os órgãos públicos, seja com
241 a Fundação Renova. Então esse processo de seleção e contratação está
242 sendo conduzido pelo Ministério Público, as comissões já estão formadas, e
243 devemos ter, até fevereiro ou março, todas as assessorias técnicas
244 contratadas. E é previsto o custeio de qualquer tipo de gasto para o atingido
245 participar de reuniões das Câmaras Técnicas, de reuniões do próprio CIF, de
246 vistorias em campo. Existe um recurso também garantido, por exemplo, para
247 que as assessorias técnicas façam suas próprias análises, para gerar
248 contraprovas do que a Renova está gerando de informação. Então por meio
249 da assessoria técnica e desse custeio os atingidos vão estar representados.
250 E eles vão ter cadeira no CIF. Existem duas cadeiras, ainda a terem os
251 nomes indicados pelos atingidos, para que eles possam ter o poder de voto.
252 Igual hoje o Estado de Minas Gerais tem, o Espírito Santo, o poder federal e

253 outras instituições de governo, os atingidos também vão ter assento para
254 poder votar e levar pleitos de interesse deles. Em relação a essa parte mais
255 de indenizações, isso não é um assunto de competência do Sisema. Existe
256 uma Câmara Técnica que foi criada especificamente para acompanhar, que
257 é coordenada pela Defensoria Pública, com apoio dos Ministérios Públicos
258 Federal e Estadual, a Secretaria da parte social do Estado participa disso, e
259 nós podemos trazer mais informações, se for de interesse dos senhores.
260 Mas não é um assunto que vem sendo acompanhado pelo Sisema, até por
261 causa das nossas competências.” Conselheiro Flávio Túlio de Matos
262 Cerqueira: “Eu queria fazer uma pergunta, também estendida ao presidente
263 Anderson, a respeito desta fase em que estamos na perspectiva de a
264 Samarco retomar as atividades na mina. Como a FEAM ou a SEMAD, de
265 maneira geral, pretendem acompanhar esse licenciamento ambiental pós-
266 desastre e como isso vai se relacionar com os trabalhos de
267 acompanhamento do desastre de 2015 e em relação à retomada da
268 operação das atividades minerárias da Samarco?” Presidente Anderson Silva
269 de Aguiar: “Eu falar, primeiramente, pela SEMAD, falando mais do
270 licenciamento ambiental. Há uma parte que se trata do processo minerário,
271 de retomada das atividades. Esse é um processo de licenciamento, que tem
272 a participação do Estado, tal como teve a participação também do Ibama e
273 também do ICMBio, naquilo que é de competência de cada órgão. E segue o
274 mesmo trâmite de uma licença ambiental, tem as suas condicionantes e o
275 seu acompanhamento. O destaque que se tem que fazer para esse processo
276 de licenciamento de agora daquele outro que a Samarco tinha anteriormente
277 é a estrutura que o Estado tem de acompanhar e que não tinha
278 anteriormente. Nós temos uma estrutura hoje muito mais equiparada,
279 institucionalmente colocada e bem distribuída, capaz de fazer esse
280 acompanhamento daquilo que é referente às condicionantes. Após isso,
281 realmente, entram as questões do programa, e eu volto para a Patrícia, para
282 ela falar da parte relativa ao restante dos impactos.” Patrícia Rocha Maciel
283 Fernandes/FEAM: “O processo de recuperação ambiental vai continuar como
284 já está sendo executado. Não é a Samarco que executa as ações de
285 recuperação. Como eu disse, a Fundação Renova foi criada para tal
286 finalidade, e nenhuma ação ou decisão são tomadas unilateralmente. Então,
287 quando eu digo que tem o CIF e as Câmaras Técnicas, todas as ações são
288 tomadas por um grupo de pessoas que representam Minas Gerais, Espírito
289 Santo e os órgãos do poder federal. A Fundação Renova executa 42
290 programas, que possuem metas, indicadores e prazos bem definidos. Existe
291 um acordo judicial firmado, então a Renova tem que executar o que já está
292 previsto, conforme o direcionamento das Câmaras. Então eu não estou
293 trazendo informações só do Estado, só do Sisema, nós vamos continuar
294 exercendo nosso papel de fiscalização da Fundação Renova independente
295 da licença ambiental que foi concedida para a Samarco.” Conselheiro Flávio

296 Túlio de Matos Cerqueira: “Então a Renova não vai estar envolvida em nada
297 relacionado ao novo licenciamento a partir da retomada das atividades na
298 mina? Ou vai ter algum ponto de interface entre as duas coisas?” Patrícia
299 Rocha Maciel Fernandes/FEAM: “Dentro do complexo de Germano, onde foi
300 concedida a licença, antes da concessão da licença, nós tínhamos algumas
301 ações de manejo de rejeitos. Por exemplo, foi solicitado para a Fundação
302 Renova a elaboração de dois planos de recuperação ambiental de algumas
303 áreas que foram impactadas pela passagem da lama, só que a
304 responsabilidade da recuperação, para esse complexo, é da Samarco.
305 Porque existe uma licença que estava suspensa, hoje foi concedida com
306 base nas condicionantes. E no caso do complexo de Germano a Renova
307 atua quase como se fosse uma contratada da Samarco. Dentro do complexo.
308 No resto da Bacia, independente do local, a Fundação Renova é
309 independente para executar suas ações de recuperação ambiental.”
310 Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Só complementando que também foi
311 aprovada na CMI, quando da licença ambiental, uma Avaliação Ambiental
312 Estratégica a partir da atividade da Samarco que engloba um raio, e todas as
313 atividades vão ser ali avaliadas em relação aos seus impactos sinérgicos.
314 Então é um outro instrumento de avaliação, que conterà também medidas
315 estratégicas a serem adotadas.” Conselheira Verônica Ildfonso Cunha
316 Coutinho: “É importante também mencionar que a barragem de Germano e a
317 cava de Germano não foram objetos da licença concedida, que essas
318 estruturas estão a cargo da Fundação Renova. O que foi votado agora acho
319 que foi a partir do dique S4. Então são portanto áreas diferentes para as
320 quais o licenciamento está autorizando a retomada das atividades da
321 Samarco.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Quer o nome que queira se
322 dar, ‘acidente’, ‘crime’ e tudo o mais, isso ocorreu. O grande mérito que está
323 se levantando hoje em dia é exatamente tudo que os governos estaduais,
324 municipais e federal vêm fazendo em termos de planejamento, de evolução e
325 de diagramação específica do que tem que ser feito, como tem que ser feito
326 e todo o modus operandi desse procedimento. Como já foi falado aqui pela
327 própria representante da FEAM, que vem apresentando todo esse programa,
328 como o próprio secretário comentou, como já foi comentado pelas outras
329 Secretarias também, assim como pelo Ibama, há uma preocupação, há uma
330 série de comissões, uma série de entidades que estão participando, não só
331 sobre os aspectos de meio ambiente, os aspectos sociais, os aspectos de
332 saúde, os aspectos socioeconômicos, ou seja, todos aqueles aspectos e
333 impactos que foram, de uma forma ou outra, envolvidos nesse acidente ou
334 outro nome que quer que se dê a tudo isso. Só que essa evolução vem
335 sendo acompanhada. São processos de agregação de conhecimento, são
336 processos com participação efetiva de todos os órgãos envolvidos, desde a
337 Defesa Civil, que em determinado momento assumiu todo o acervo de
338 conhecimento de todas as avaliações, assim como todas as Secretarias e

339 todo o governo envolvido no procedimento, não só do Espírito Santo, como
340 de Minas Gerais, assim como os governos municipais e o governo federal e
341 todos os entes agregados a tudo isso. Eu queria ressaltar que o esforço está
342 sendo grande de todos nós e toda a efetividade disso, de todo o
343 procedimento ambiental que vem sendo tomado. E há a questões
344 socioeconômicas que têm que ser avaliadas, e as questões socioeconômicas
345 também vêm agregando a todo esse processo. Eu só queria argumentar o
346 seguinte. A coisa está sendo feita. Talvez esteja sendo feita não de uma
347 forma que atenda todo mundo porque talvez falte informação. Eu sugeriria
348 que se entendesse um pouco mais junto às entidades que estão participando
349 de todo o procedimento das questões do rio Doce, assim como das questões
350 de Brumadinho, que se participasse um pouco mais do que está sendo feito,
351 para depois fazer alguns comentários, e, conseqüentemente, vão ser
352 comentários produtivos. Mas eu acho que é necessário se entender isso e
353 participar um pouco mais. Era isso que eu queria trazer, só comentando que
354 a coisa vem sendo feita, só que talvez não da forma que alguém queira ou
355 talvez aproveitando de toda a situação para exacerbar alguma coisa a mais
356 com o intuito de relevância daquilo que nem sabe o que é que vem. Eu acho
357 que é necessário ter um procedimento mais harmônico, um procedimento
358 mais equânime em tudo isso que vem sendo feito e saber por que está se
359 acompanhando o pari passu de tudo isso. Eu agradeceria a apresentação
360 que a Patrícia fez, eu acho que é extremamente profícuo esse modo de
361 apresentar. E conseqüentemente seria interessante talvez trazer outras
362 entidades que estão no mesmo processo para mostrar o que está sendo feito
363 nesses dois anos. Parabéns, Patrícia, pelo processo.” **6) MINUTA DE**
364 **DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM QUE REGULAMENTA O**
365 **DISPOSTO NA ALÍNEA “M” DO INCISO III DO ARTIGO 3º DA LEI Nº**
366 **20.922, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013, PARA ESTABELECEMOS DEMAIS**
367 **ATIVIDADES EVENTUAIS OU DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL PARA**
368 **FINS DE INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E**
369 **DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Apresentação: SEMAD.** Minuta de
370 deliberação normativa aprovada por unanimidade nos termos da proposta
371 apresentada pela SEMAD, com as seguintes alterações: – Nova redação
372 para o inciso III do Artigo 1º: “III – poços manuais ou tubulares para
373 captação de água subterrânea, com laje sanitária de até 4m² (quatro metros
374 quadrados), desde que obtida a autorização para perfuração, quando couber,
375 e que não haja supressão de fragmento de vegetação nativa, inclusive para
376 abertura de estradas de acesso;” – Nova redação para o inciso IV do Artigo
377 1º: “IV – dispositivo de até 6m² (seis metros quadrados), em área de
378 preservação permanente de nascentes degradadas, para proteção,
379 recuperação das funções ecossistêmicas, captação de água para
380 atendimento de atividades agrossilvipastoris e das necessidades das
381 unidades familiares rurais;” Votos favoráveis: Faemg, Seapa, Seinfra, Segov,

382 Sedese, PMMG, Ibram, Fiemg, CMI, Ponto Terra, Crea, APPA, AMM, Ibama,
383 UFV, SME, Fetaemg e Assembleia Legislativa. Abstenção: Ministério
384 Público. Ausência: Sede. Rejeitada proposta de alteração do inciso IX do
385 Artigo 1º. A Câmara aprovou por maioria a redação original da proposta da
386 SEMAD para o inciso IX do Artigo 1º: IX – edificações em lotes urbanos
387 aprovados até 22 de julho de 2008, devidamente registrados no Cartório de
388 Registros de Imóveis, desde que situados às margens de vias públicas
389 dotadas de pavimentação, iluminação pública, solução para esgotamento
390 sanitário, sistema de abastecimento de água e drenagem pluvial;” Votos
391 favoráveis: Assembleia Legislativa, Fetaemg, UFV, Ponto Terra, Crea, APPA,
392 AMM, Ibama, Seapa, Segov, Sedese e PMMG. Votos contrários: Faemg,
393 Ibram, Fiemg, CMI e SME. Abstenções: Ministério Público e Seinfra.
394 Ausência: Sede. Justificativas de votos contrários. Os votos contrários foram
395 justificados em virtude da proposta alternativa apresentada pelo conselheiro
396 Adriano Nascimento Manetta, representante da Câmara do Mercado
397 Imobiliário, e rejeitada por maioria, para inclusão da expressão “caso
398 exigível” após o texto “edificações em lotes urbanos aprovados até 22 de
399 julho de 2008,”. Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Como no caso
400 aqui existem situações em que, legitimamente, a aprovação não era exigível,
401 eu estou pensando no seguinte: ‘aprovados, caso exigível’. E segue o texto...
402 A explicação é sempre importante para que não haja confusões impróprias.
403 Apesar de que eu entendo que, mesmo sem a explicação, onde a aprovação
404 não é exigível, não é exigível. Mas nós sabemos que é difícil essa
405 demonstração.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Voto contrário
406 conforme a discussão levantada pela CMI, através do conselheiro Manetta.”
407 Conselheiro João Carlos de Melo: “Da mesma forma, de acordo com a
408 apresentação do Manetta.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Voto
409 contrário em razão das justificativas colocadas pelo conselheiro Adriano
410 Manetta.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Voto contrário pelas
411 razões já apresentadas, mormente nesse caso, por entender que é
412 indispensável esclarecer que a aprovação só é requisito exigível se ela era,
413 de fato, exigível à época em que o imóvel foi construído ou constituído no
414 cartório.” Conselheira Virgínia Campos de Oliveira: “Voto contrário pelas
415 razões expostas pelo conselheiro Adriano Manetta e por entender que a
416 inserção feita por ele melhoraria a redação do texto.” **7) PROCESSOS**
417 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO DE AUTOS DE**
418 **INFRAÇÃO. 7.1) AVG Mineração S/A. (MMX Sudeste Mineração S/A).**
419 **Lavra a céu aberto com tratamento a úmido. Minério de ferro.**
420 **Igarapé/MG. PA 00049/1984/044/2018, AI 66.579/2010. Apresentação:**
421 **Núcleo de Auto de Infração da FEAM.** Recurso indeferido por maioria nos
422 termos do parecer jurídico da FEAM. Votos favoráveis: PMMG, Sedese,
423 Segov, Seapa, Ibama, AMM, APPA, Crea, Ponto Terra, UFV e Assembleia
424 Legislativa. Votos contrários: SME, Ibram, Fiemg, CMI, Faemg e Seinfra.

425 Ausências: Sede, Ministério Público e Fetaemg. Justificativas de votos
426 contrários. Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Voto contrário em
427 razão de os dois processos (itens 7.1 e 7.2) estarem prescritos e em razão
428 da utilização da taxa Selic como correção, quando deveria ter sido usada a
429 tabela da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.”
430 Conselheiro João Carlos de Melo: “Nós temos exatamente a mesma opinião
431 do representante da Fiemg: prescrição intercorrente.” Conselheiro Adriano
432 Nascimento Manetta: “Voto contrato pelas mesmas razões, por entender
433 aplicável a prescrição intercorrente aos dois processos e em razão da forma
434 de cálculo da correção.” Conselheira Virgínia Campos de Oliveira: “Voto
435 contrário pelas razões expostas pelo conselheiro da Fiemg e por entender
436 que a prescrição intercorrente deve ser aplicada.” Conselheiro Carlos Alberto
437 Santos Oliveira: “Voto contrário por entender a aplicação da prescrição
438 intercorrente e a forma de correção inadequada.” Conselheiro Felipe Dutra
439 de Resende: “Pelos mesmos motivos apresentados.” **7.2) Mineração**
440 **Curimbaba Ltda. Beneficiamento de bauxita. Poços de Caldas/MG. PA**
441 **09406/2004/002/2014, AI 71.292/2014. Apresentação: Núcleo de Auto de**
442 **Infração da FEAM.** Recurso indeferido por maioria nos termos do parecer
443 jurídico da FEAM. Votos favoráveis: PMMG, Sedese, Segov, Seapa, Ibama,
444 AMM, APPA, Crea, Ponto Terra, UFV e Assembleia Legislativa. Votos
445 contrários: SME, Ibram, Fiemg, CMI, Faemg e Seinfra. Ausências: Sede,
446 Ministério Público e Fetaemg. As justificativas de votos contrários são as
447 mesmas registradas no item 7.1, considerando votação em bloco. **7.3)**
448 **Companhia Vale do Rio Doce S/A. Vale S/A. Base de armazenamento e**
449 **distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de**
450 **petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos. Nova**
451 **Era/MG. PA 01467/2004/001/2011, AI 49909/2007. Apresentação: Núcleo**
452 **de Auto de Infração da FEAM.** Recurso deferido por unanimidade nos
453 termos do parecer jurídico da FEAM. Votos favoráveis: Faemg, Seapa,
454 Seinfra, Segov, Sedese, PMMG, Ibram, Fiemg, CMI, Ponto Terra, Crea,
455 APPA, AMM, Ibama, UFV, SME, Assembleia Legislativa. Ausências: Sede,
456 Ministério Público e Fetaemg. **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**
457 **EXAME DE RECURSO. 8.1) CNH Industrial Brasil Ltda. Fabricação e/ou**
458 **montagem e/ou teste de motores de combustão. Sete Lagoas/MG. PA**
459 **00333/1997/011/2007. Condicionante nº 2. Classe 5. Apresentação:**
460 **Supram Central Metropolitana.** Processo retirado de pauta com pedido de
461 vista da Faemg e vista conjunta solicitada pela Fiemg e o Ibram. O
462 conselheiro Adriano Nascimento Manetta, representante da Câmara do
463 Mercado Imobiliário, registrou a seguinte solicitação à Supram: “Até para que
464 a Supram possa trazer isso pronto na próxima reunião. Eu achei o parecer
465 estranho no sentido de que ele discute, de várias maneiras, a possibilidade
466 da exigibilidade da compensação, mas não tratou do caso concreto. Ele só
467 disse que é possível. Então eu gostaria de saber exatamente qual é o

468 significativo impacto ambiental encontrado em sede de LO, mais esquisito
469 ainda, renovação de LO, de uma fábrica de motores, para adequação ao
470 caso concreto.” A solicitação foi corroborada pela conselheira Virgínia
471 Campos de Oliveira, representante da Sociedade Mineira de Engenheiros:
472 “Eu também, ao longo da discussão, comecei a ficar confusa com relação a
473 essa questão de que se trata de uma renovação de Licença de Operação. Eu
474 queria colocar, alinhada com a fala do conselheiro Adriano, a questão do
475 caso concreto. Porque quando da instrução de um processo de
476 licenciamento o órgão ambiental tem a prerrogativa de definir qual
477 documento técnico que vai subsidiar o processo de licenciamento, ou o
478 Relatório de Controle Ambiental/Plano de Controle Ambiental ou o EIA/Rima,
479 no caso de um empreendimento de alto impacto ambiental. Entretanto, na
480 renovação de licença, existe apenas um documento técnico que é
481 apresentado, que é o Relatório de Desempenho Ambiental (Rada). Então eu
482 fiquei bastante confusa com relação a essa questão. Está se discutindo
483 EIA/Rima ou RCA/PCA ou alto impacto e baixo impacto, quando na verdade
484 não existe a escolha de algum instrumento técnico para fazer a renovação de
485 licença. A renovação de licença é sempre feita a partir do Relatório de
486 Desempenho Ambiental. Então, também no alinhamento com o Adriano, isso
487 eu acho bastante importante, porque fica se discutindo a legislação quando
488 na verdade o que está se tratando é o desempenho ambiental do
489 empreendimento. E nesse caso eu acho que já passou a questão da
490 discussão se é Relatório de Controle Ambiental, se é EIA/Rima. Nós estamos
491 em um passo bem mais avançado.” **9) ENCERRAMENTO.** Não havendo
492 outros assuntos a serem tratados, o presidente Anderson Silva de Aguiar
493 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi
494 lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Anderson Silva de Aguiar
Presidente suplente da Câmara Normativa e Recursal